

O “ESCOLA SEM PARTIDO” NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Mayara Corrêa da Silva¹
Laêda Bezerra Machado²

Resumo:

A pesquisa tem como objetivo analisar as representações sociais construídas por docentes do ensino médio a respeito do movimento “Escola Sem Partido”. O movimento ideológico ESP busca combater a doutrinação nas escolas. A Teoria das Representações Sociais foi tomada como referencial para a pesquisa. Participaram do estudo 15 docentes de ensino médio de Recife e Região Metropolitana. Os procedimentos de coleta utilizados foram questionário e entrevista. O material foi processado pelo *software* IRAMUTEQ que gerou uma nuvem de palavras e uma figura (análise de similitude). Os resultados apontam como elementos de representação social do ESP: o professor como figura central dos ataques propostos pelo movimento; posição de neutralidade dos docentes e a falta de informações sobre o ESP. Sugerimos que sejam tomadas iniciativas, sobretudo, por parte dos sindicatos junto aos professores a fim de oferecer maiores esclarecimentos sobre o ESP e suas implicações.

Palavras-chave: Escola sem partido (ESP); Teoria das Representações Sociais; Professor de ensino médio.

INTRODUÇÃO

Na atualidade muito tem se propagado em torno de questões ideológicas que envolvem a formação dos sujeitos na escola e, especialmente, o trabalho desenvolvido pelos professores. O que o movimento Escola Sem Partido (ESP) dissemina contradiz com a liberdade pedagógica declarada nos incisos II e III do artigo 206 da Constituição Federal, a saber: [...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 1988)

Em contraposição ao que declara a Constituição Federal, o Art. 2º do Projeto de Lei 867/2015 define que a educação nacional deve se orientar pelos seguintes princípios: I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação,

¹ Estudante do Curso de Pedagogia – Centro de Educação -UFPE, e-mail: mayara.correa30@gmail.com

² Docente/pesquisador do Depto de Administração Escolar – Centro de Educação – UFPE, e-mail: laeda01@gmail.com

da liberdade de consciência; IV - liberdade de crença; V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; e VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Comparando o que está escrito na Constituição com o que defende o projeto da Escola sem partido, fica claro que os direitos constitucionais de liberdade estão sendo destruídos. A “lei da mordaza”, como denominam seus críticos, fere o trabalho docente e objetiva formar estudantes sem opinião, além de inviabilizar o direito à educação.

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a educação deve ser regida e inspirada, dentre outros princípios, pelo princípio de liberdade. Em seu art. 2º preconiza: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

A aprovação do ESP provocará mudanças na escola que não será mais um local de discussão e aprendizado e do lidar com a diferença, mas será reduzida a um local em que a transmissão do conhecimento sem discussão ou construção para o futuro cidadão que de lá sai. O movimento põe em ameaça grandes reflexões do campo pedagógico construídas nos últimos anos, como também os direitos educacionais conquistados. Inspirado no liberalismo educacional, o movimento ESP planeja que a cidadania e liberdade deva ocorrer sem a ação do Estado, de modo que caberia à escola e seus docentes apenas o papel de informar pautados na objetividade e neutralidade.

No tocante aos docentes, o movimento parte do argumento que eles ensinam o que têm interesse e o que concordam nos limites de suas perspectivas político-partidárias. O ESP, diante disso, reivindica o direito à tradição que é entendido como conservadorismo e tem seus princípios baseados na defesa da família tradicional, liberdade econômica e Estado mínimo. Prevê que sejam pregados cartazes nas salas de aula com os seguintes deveres para os docentes: I - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária; II - O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas

convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; III - O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; VI - O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (SILVA, 2018, p. 27).

Percebemos que o conteúdo do PL 867/2015, além de disciplinar os docentes, defende a militarização e antipartidarismo, ou seja, ausência de influências partidárias, da sociedade civil, organizações de grupos econômicos ou religiosos.

As atuais informações acerca de ameaças e perseguição aos professores propostas pelo Escola Sem Partido, aliadas as experiências vividas no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nos estimularam a desenvolver no trabalho de conclusão de curso uma investigação das representações sociais dos professores do ensino médio em torno do Escola Sem Partido.

O interesse de se trabalhar com docentes do ensino médio se dá por esses professores trabalharem com um público mais crítico e ativo, que comparando com a temática, não seria um grupo que aceitaria com facilidade supostas “imposições” de docentes acerca dos temas vetados pelo Escola Sem Partido.

Selecionamos a Teoria das Representações Sociais (TRS) devido ao seu caráter interdisciplinar, pois trata-se de uma teoria que vem sendo utilizada em várias áreas dentre elas a educação. Os estudos que tomam por base a TRS no campo da educação são crescentes e abordam objetos educacionais/culturais variados como: formação e profissão docente, avaliação, indisciplina, violência, gênero, raça, fracasso escolar, entre outros. A teoria tem contribuído para se compreender os fenômenos educacionais em sua diversidade e heterogeneidade

Por ser um assunto polêmico, de caráter ideológico com defensores conservadores que desejam extinguir a capacidade de crítica dos alunos e professores, reproduzir expectativas e sentidos entre os mais variados grupos de nossa sociedade, bem como de

outros que contestam e criticam o movimento, o objeto (movimento da Escola sem Partido) despertou o nosso interesse para investigação. Conforme Sá (1998), não é todo conhecimento que pode ser determinado como representação social. Para gerar representações sociais o objeto deve ser capaz de assumir várias formas para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância para o grupo pesquisado. De acordo com Sá (1998) só há representação social quando “o objeto se encontra implicado, de forma consistente, em alguma prática do grupo, aí incluída a da conservação e a da exposição aos meios de comunicação”. Admitimos que no atual contexto político social brasileiro o projeto da ESP constitui-se um objeto de representacional, pois o debate em torno dele é polêmico e tem se disseminado na sociedade e entre os docentes.

Nessa perspectiva, a investigação procura responder a seguinte pergunta: Qual o discurso circulante entre professores de Ensino Médio que desenvolvem suas atividades em instituições Estaduais sobre o Escola Sem Partido? Que representações sociais estão sendo construídas a respeito do referido tema entre esses docentes?

O estudo tem como **objetivo geral**: analisar as representações sociais construídas por docentes do ensino médio a respeito do movimento “Escola Sem Partido”. Como **objetivos específicos**, procura: identificar o que pensam professores sobre o papel da escola frente ao movimento explicitando informações e imagem envolvidas nas suas representações; indicar as possíveis atitudes dos docentes de ensino médio frente ao movimento “Escola Sem Partido”.

Escola Sem Partido: algumas considerações

O Escola Sem Partido (ESP) constitui-se como uma organização idealizada pelo advogado paulistano Miguel Nagib em 2004, apresenta características tradicionais, conservadoras e religiosas. As forças envolvidas nessa organização questionam a suposta doutrinação de professores nos diferentes níveis educacionais através da suposta imposição ideológica, político-partidária e das questões de gênero. De acordo com Nagib (2016), o movimento preocupa-se com o “exército organizado de militantes”, “falsos educadores”, que na função de professores, abusariam da liberdade de cátedra e do “segredo” da sala de aula para ditar aos estudantes sua própria “visão de mundo”.

Conforme Nagib (2016), o movimento foi inspirado em outros semelhantes ao Escola Sem Partido - ESP nos Estados Unidos e em outros países, que questionam professores supostamente doutrinadores por abordarem temáticas como o racismo, os conflitos entre palestinos e israelenses, a teoria da evolução e as questões de gênero de modo divergente e crítico em relação ao pensamento defendido pelos que apoiam e militam em defesa desses grupos e movimentos sociais.

Aqui no Brasil, o movimento ganhou amplitude quando iniciou-se o combate ao que chamam de “ideologia de gênero”, obrigando o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), a ter excluídas de sua pauta as referências que tratassem da redução das desigualdades de gênero. Ao ganhar “força” a iniciativa foi abraçada por movimentos e por partidos políticos; projetos começaram a tramitar nos legislativos estaduais e municipais, no âmbito federal foi proposto um projeto de lei – PL iniciado em 24 de fevereiro de 2014 através da apresentação do PL n.7180/2014, pelo Deputado Erivelton Santana, que tem a intenção de inserir o movimento nas Diretrizes e Bases da Educação – LBD.

Refere-se do PL nº 867/2015, associado ao mesmo, surge o PL nº 7180/2014 que tem como princípio o respeito aos valores familiares e individuais na educação moral, sexual e religiosa. Os princípios orientadores desse projeto são de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros. O projeto inicialmente foi representado pelo PL nº 7180/2014, o mesmo decreta que os parâmetros curriculares nacionais respeitarão as convicções dos alunos, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas; O PL 7181/2014 (apensando ao PL 7180/2014) ordena sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei, justificam que os PCN's constituem valioso instrumento para ajustar os conteúdos curriculares à realidade de cada escola. Sendo assim, desejam levar esse instrumento para o campo normativo, ou seja, incorporá-lo ao ordenamento jurídico da educação; seguido pelo PL 1859/2015 (apensando ao PL 7180/2014) solicita a inclusão entre as diretrizes e bases da

educação o Programa Escola Sem Partido; O PL 6005/2016 (apensado ao PL 867/2015) da oposição elaborada pelo deputado Jean Wyllys institui o programa “Escola Livre” em todo o território nacional, o programa segue os seguintes princípios: 1. a livre manifestação do pensamento; 2. a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão; 3. o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; 4. a laicidade e o respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não-crença, sem imposição e/ou coerção em favor ou desfavor de qualquer tipo de doutrina religiosa ou da ausência dela entre outras concepções que vão de encontro ao que o Escola Sem Partido deseja; O PL 5487/2016 (apensado ao PL 18579/2015) institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes; PL 8933/2017 (apensando ao PL 7180/2014) altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais; PL 9957/2018 (apensando ao PL 7180/2014) acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola; PL 10577/2018 (apensado ao PL 1859/2015) Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil; PL 10659/2018 (apensado ao PL 1859/2015) Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas; PL 10997/2018 (apensado ao PL 7180/2014) Institui a Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar, em que fica garantido a todos os professores, estudantes e profissionais da educação a livre manifestação de pensamento e opiniões para o enriquecimento do processo pedagógico de ensino-aprendizagem.

Observamos que de todos (10) os PL apresentados, apenas 02 são contrários ao Escola Sem Partido o que salienta a não aceitação do projeto para a educação mesmo de forma tímida que pode ser justificada pela força que a bancada a favor do mesmo possui.

Atualmente o PL está aguardando deliberação na comissão especial, conforme consta na página da Câmara dos Deputados.

De acordo com Santos e Pereira (2018), são quatro os elementos que dão singularidade ao movimento: foi proposto por parlamentares de partidos conservadores; ataca a educação e a escola pública; detém apoio dos meios de produção e investidores do âmbito privado; parte do pressuposto que os professores praticam partidarismo político-partidário além de aniquilar o direito de aprender dos alunos.

Na produção científica sobre Escola Sem Partido e representação social não identificamos trabalhos que investiram no estudo dessa temática. Os textos tratam de maneira geral sobre a educação e as suas implicações para mesma, mas não aprofundam seus estudos no tocante aos docentes, que são os principais alvos do movimento. Os trabalhos se voltam para explicar o que é o movimento, como surgiu na conjuntura internacional e nacional, bem como suas consequências aos direitos educacionais já conquistados.

A respeito dos trabalhos que foram encontrados, realizamos uma busca nos sites da ANPEd, Scielo e BDTD em que detectamos um livro e alguns artigos que estudam o movimento Escola Sem Partido., localizamos um livro e alguns artigos que estudam o movimento Escola Sem Partido. O livro intitulado *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, organizado por G. Frigotto (2017) é composto por nove artigos e reúne 19 autores que abordam o tema. Os capítulos do livro se complementam na tentativa de cobrir os principais problemas colocados pelos embates provocados pela proposição da *Escola sem Partido*: sua vinculação com o golpe de Estado expresso no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff; suas inspirações estadunidenses e sua ideologia e vinculações políticas obscuras; as articulações mais remotas do que se passa na conjuntura brasileira com as linhas majoritárias da crise do sistema metabólico do capital; os meandros jurídicos; a história recente dos embates educacionais brasileiros; seus aspectos mais eminentemente pedagógicos, didáticos etc.

Santos e Pereira (2018), em debate ao processo de militarização das escolas públicas brasileiras e o movimento Escola Sem Partido, aponta que ambos colocam em risco os direitos fundamentais e preceitos constitucionais, dentre eles, os direitos sociais e, mais especificamente, o direito à educação. Tanto a Escola Sem Partido como a militarização das

escolas públicas, para os autores trata-se de projetos conservadores que visam a destruição dos direitos sociais, dentre eles o direito a uma educação de qualidade socialmente citada além de seus princípios fundamentais. São projetos de cunho hegemônico para a manutenção da hegemonia do capital através de uma formação desprovida de interesse social.

Ao debater o papel da educação básica no Brasil, Katz e Mutz (2017), em seu estudo *Escola Sem Partido – Produção de sentidos e disputa em torno do papel da escola pública no Brasil*; os autores analisam as seguintes manifestações: A Medida Provisória (MP) do Ensino Médio, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos gastos públicos, as proposições do movimento Escola Sem Partido e as diversas ocupações estudantis nas escolas, diante disso debatem qual seria o papel da educação básica no Brasil. Em seus resultados apresentam a hipótese de que tais movimentos transitam entre a crítica radical da escola e, ao disputar um espaço de exercício de poder, reafirma a potência da instituição nos dias atuais.

Neto e Cardoso (2017), ao analisarem os princípios constitucionais e pedagógicos da liberdade de cátedra e da autonomia universitária frente ao Movimento Escola Sem Partido, conclui em seu estudo que a liberdade de ensino defendida é inconstitucional comenta que os limites colocados ao exercício da liberdade de ensinar impedem que se confundam com a liberdade de opinião do docente.

Lima e Peroni (2018), em discussão sobre as implicações do Escola Sem Partido para a democratização da educação pública brasileira, analisaram a partir da proposta dos projetos de lei – PL nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, propondo a instituição do chamado “Programa Escola Sem Partido”, os autores afirmam que o movimento implica na educação nacional em três dimensões: a) do trabalho docente, que passa a ser censurado e constantemente vigiado, perdendo sua dimensão social de formação para a cidadania, para a diversidade e para o convívio social; b) do currículo escolar, que se esvazia do sentido social, ficando reduzido a uma lista de conteúdos e conhecimentos, supostamente neutros; e c) da função da escola na construção de valores democráticos e exercício da cidadania e da criticidade. Por fim salientam que trata-se de um movimento essencialmente contraditório à democracia brasileira e à democratização da educação e busca, romper com a possibilidade de construção de uma educação

emancipadora, vinculada aos valores sociais, políticos e culturais existentes na diversidade e que possibilitem uma prática democrática na escola.

Teoria das Representações Sociais

Foi Serge Moscovici em sua obra pioneira quem primeiro falou de representação social. O conceito de representação social teve a sua origem na Psicologia Social europeia, uma contraposição à Psicologia Social americana, de caráter funcionalista e positivista, o que era inicialmente um conceito evoluiu para o que hoje denominamos Teoria das Representações Sociais (TRS).

Segundo Moscovici (1978) três dimensões compõem as representações sociais, são elas: informação, atitude, campo representacional ou imagem. Não há representação sem termos informação sobre o objeto representado; a atitude refere-se à tomada de posição que será a favor ou contra o fato, objeto ou evento representado, é ligada à história do indivíduo ou grupo; as duas dimensões anteriores se estruturam na imagem ou campo representacional, que diz respeito a organização e hierarquização das informações sobre o objeto. Quanto mais organizado o campo representacional mais “rica” será a imagem sobre aquele objeto.

Dois os processos que dão origem às representações sociais: a objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo que torna concreto o que era abstrato, ou seja, o desconhecido torna-se familiar; Ancoragem caracteriza-se em transformar o desconhecido em algo conhecido, através da comparação com campos já conhecidos, de acordo com Santos (2005), a ancoragem é a inserção do objeto num sistema de pensamentos antecedentes que estabelecem uma rede de significações em torno do mesmo, a mesma implica em atribuir sentido; orientar as práticas dos sujeitos; o estranho ,de fato, torna-se familiar.

Ao se questionar sobre qual seriam os determinantes das representações, isto é, por que construímos teorias a respeito de objetos sociais, Moscovici discorre sobre três determinantes: a) pressão à inferência: implica em tomar partido, ter um posicionamento, e responder às exigências da situação; b) focalização: ênfase em aspectos mais significativos do objeto para o sujeito; c) defasagem e dispersão de informação: compartilhar teorias de

senso comum a respeito de determinados objetos, assegura a comunicação entre as pessoas e fornece um guia de suas condutas.

Como afirma Moscovici (1978) não é fácil definir representações sociais, é mais fácil identificá-las. Segundo o autor, representações sociais constituem um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais: podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Jodelet conceitua representações sociais como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (JODELET, 2001).

Podemos dizer que representações sociais são formas de explicarmos a realidade, construídas na confluência dos diversos saberes que adquirimos. As representações são partilhadas e orientam as nossas práticas e comportamentos. Criamos representações sociais porque temos necessidade de explicar a realidade e nos familiarizarmos com aquilo que não nos é familiar.

Identificamos três tendências no interior da Teoria das Representações Sociais: A primeira é a original liderada por Denise Jodelet, em Paris, refere-se às representações sociais na clássica definição, parte da noção básica de que uma representação social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. A segunda vertente tem na escola de Aix-em-provence, seus maiores representantes e define uma representação social como uma estrutura. A terceira vertente, a perspectiva societal, foi desenvolvida por Willen Doise, em Genebra e enfatiza a dimensão sociocognitiva das representações. É a primeira vertente que orienta esta pesquisa.

METODOLOGIA

Desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001), a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adéqua-se a aprofundar processos particulares a indivíduos e grupos.

Participaram do estudo 15 docentes de ensino médio que exercem suas atividades em instituições públicas estaduais de Recife e Região Metropolitana. Os critérios para

seleção dos sujeitos foram atuar apenas no ensino médio e exercerem suas atividades em instituições Estaduais de Recife e Região Metropolitana. A escolha por docentes de ensino médio decorreu do fato deste grupo lidar com um público mais crítico, pois os jovens da atualidade estão mais ativos e engajados nas lutas políticas e sociais; alguns têm se mostrado resistentes aos processos antidemocráticos que vem sendo instaurados em nosso país. É um público com atitudes supostamente mais abertas a diálogos frente aos demais alunos da educação básica.

Os participantes atuam em variadas áreas do conhecimento, assim distribuídos: cinco são graduados em Letras; dois em Física; três em Ciências Biológicas, dois em Geografia; um em História, um de Química e um em Matemática. Desses professores, oito são do gênero feminino e sete do gênero masculino. A idade dos participantes variou de 21 a 55 anos. Contudo, a maior parte deles (5) estava na faixa de 41 a 55 anos. Do grupo 12 professores possuem pós-graduação, um professor não informou e dois professores são somente graduados. A respeito do tempo de docência cinco professores tinham até 10 anos, cinco até 18 anos e cinco possuem mais de 30 anos de exercício profissional.

A respeito dos participantes frisamos que não foi fácil o acesso a esses docentes, pois algumas escolas não nos deixaram ter contato com os mesmos informando tratar-se de um tema polêmico e que não era “bem vinda” à sua discussão. Além disso, houve negativas por parte dos próprios professores quando eram informados sobre o tema da pesquisa. Esses profissionais informavam que a escola não era palanque político e que quem deveria ser “sem partido” era a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Como instrumentos de coleta utilizamos um questionário e uma entrevista semiestruturada. O questionário foi utilizado para traçar o perfil dos docentes nele continha apenas uma questão aberta. A entrevista semiestruturada foi utilizada com o objetivo de explicitar as representações sociais dos docentes a respeito do movimento Escola Sem Partido (ESP), bem como indicar as possíveis atitudes dos professores de ensino médio frente ao movimento.

Para processamento da única questão aberta do questionário e da entrevista utilizamos o *software* IRAMUTEQ. O referido programa possibilita diversos tipos de análises lexicais. De acordo com Camargo e Justo (2013) essas análises vão desde as mais

simples, como o cálculo de frequência, nuvem de palavras até análises estatísticas multivariadas, classificação hierárquica descendente e de similitude.

Para esta pesquisa o *software* IRAMUTEQ gerou uma nuvem de palavras (Figura 1) que indica o conteúdo representacional das respostas dos professores ao que seria o movimento Escola Sem Partido. No tocante às entrevistas utilizamos para processamento no *software* a análise de similitude, baseada na teoria dos grafos³, essa análise permite identificar as concorrências, pólos ou zonas temáticas que agrupam palavras por semelhança. Para processamento do *corpus* (de entrevistas) transcrevemos os depoimentos, formatamos o arquivo no padrão exigido pelo *software* utilizando o mínimo de caracteres⁴, salvamos o arquivo com a codificação UTF-8 no bloco de notas e por fim fizemos o processamento dos dados que resultou na Figura 2.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para atender aos objetivos propostos pela pesquisa apresentamos os seus resultados em duas seções. Na primeira expomos a nuvem de palavras, que sinaliza o conteúdo das representações sociais dos participantes sobre o papel da escola frente ao movimento e na segunda indicamos e discutimos a análise de similitude decorrente das entrevistas realizadas com os sujeitos sobre o tema.

a) Conteúdo das representações sociais sobre “o papel da escola frente ao movimento”

Após o processamento do *corpus* (referente à questão aberta do questionário), o *software* IRAMUTEQ, organizou o material referente ao papel da escola pública frente ao movimento ESP (figura 1).

Figura 1: Nuvem de palavras referente às respostas dos professores



³ Esta teoria diz respeito a uma seção da matemática que investiga as relações entre os objetos de um determinado grupo, em que são aplicadas estruturas denominadas grafos $G(V, E)$ em que “V” é denominado de vértice e “E” refere-se as arestas.

⁴ (****) seguido das variáveis das variáveis: sujeito, gênero, formação na graduação e tempo de docência.

Conforme constatamos na figura 1, que as palavras *professor*, *dever*, *aluno*, *conhecimento e liberdade* são as mais salientes, ou seja, aquelas mais verbalizadas pelos participantes quando se referiram ao papel da escola frente ao movimento ESP.

Na referida figura o termo *professor* ganha maior saliência, pois para grande parte dos entrevistados a figura principal da escola é o professor e é ele quem irá sofrer diretamente as consequências do movimento, dentre elas destacam o impedimento da liberdade de ensinar. A esse respeito afirmam: “Eu acho que a escola se sente desconfortável. É um movimento em que o professor não pode opinar, o professor perde a liberdade de opinião, de disposição já que ele não pode discutir, principalmente, assuntos sociais” (Suj.12 - Prof.Let.).

Os termos *liberdade e autonomia* aparecem também ganham relevância nas falas dos docentes, eles justificam que ambas estão sendo feridas com o movimento ESP. Conforme afirmaram alguns participantes, o professor para enfrentar e resistir a esse movimento precisa de aliados na escola e comunidade a quem serve. Afirmaram:

A difícil missão das escolas é se tornar resistência em meio a tantos atos de poda da liberdade e autonomia das mesmas, principalmente dos professores. [...] Está na hora da escola repensar o que de fato é comunidade escolar... E não tem a ver só com professores, diretores e funcionários da escola... Mas, comunidade, pais, alunos... Temos que parar de fazer deles nossos inimigos. E aprender que juntos somos mais fortes. [...] Está na hora de mostrar o nosso valor frente a uma sociedade carente por educação de verdade, regada de liberdade, esperança e autonomia. (Suj.10 - Prof.Let.)

É lutar para que não consigam extinguir de vez [...] é um dos principais papéis que a escola desempenha, mas que está sendo quebrado. Como um professor não vai poder trabalhar certos conteúdos? Sinto que é como se uma faca estivesse atravessando a nossa autonomia. (Suj.13 - Prof.Let.)

Os professores comentam que a escola precisa de liberdade e autonomia para desenvolver seu trabalho e ao mesmo tempo questionam sobre como aliar dois princípios fundamentais à educação. As escolas não podem decidir “o quê” e “como” ensinar aos estudantes, algo já definido e prescrito por um currículo do qual não tomaram parte em sua elaboração. Entendemos que a busca pela autonomia é contínua, necessita da participação não só dos professores, mas de toda comunidade escolar o que resultará em um

fortalecimento da instituição, pois, com a liberdade de escolha as responsabilidades são encaminhadas para todos os atores envolvidos no processo educacional.

A partir de Freire (1967) o que podemos depreender acerca do movimento é uma prática na escola voltada para a alienação e não para a liberdade, uma “educação” para o homem-objeto e não para o homem-sujeito. Ressaltamos com base em Freire (1997) que escola deve ter liberdade de expor os conteúdos de forma clara e correta abordando as mais variadas linhas teóricas contribuindo ainda mais na formação de cidadãos esclarecidos e críticos. O autor afirma:

Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha opção política assumindo uma neutralidade que não existe. Esta, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeita-lo. O meu papel, ao contrário, é o de quem testemunha o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção desde direito por parte dos educandos. (pg. 28).

A respeito da palavra conhecimento os participantes comentam que uma escola democrática garante acesso aos variados modos de conhecimento podendo se posicionar frente as diferentes questões. No entanto, seu papel nesse contexto de ameaças à liberdade de expressão fica comprometido. Portanto, conforme os entrevistados, não se pode aceitar o movimento de forma tranquila. Afirmam: “A escola tem que se posicionar contra esse movimento e defender seu papel na sociedade, na construção de uma consciência política plural, livre de amarras retrógradas” (Suj.11 - Prof.Geog.); “Precisamos de uma escola democrática que garanta o acesso ao conhecimento das diversas matrizes do conhecimento. [...] Temos direitos, está na lei a liberdade da escola, não podemos aceitar. Resistir é palavra de ordem” (Suj.08 - Prof.Fís.)

Ao mencionarem o termo *aluno* referem-se a um dos sujeitos envolvidos com o movimento ESP, os alunos, no caso estudantes os matriculados no ensino médio. Para os entrevistados, a escola deve orientar seus alunos a serem questionadores, de modo que todos tenham o direito de expor sua opinião sem impor nenhuma linha de pensamento. Declara um docente: “Todo aluno ou professor tem direito de expor sua opinião, mas não de impor sua opinião como a correta. A escola tem que seguir essa linha de pensamento” (Suj.05 - Prof.Quím.).

A palavra *dever* remete a responsabilidade que a instituição escolar assume como formadora de cidadãos. Na visão de alguns professores a escola deve se manter **neutra** frente ao movimento ESP. A esse respeito posicionou-se um participante: “A posição da escola frente ao movimento escola sem partido deve ser neutra, não deve tomar nenhum partido. A escola deve orientar o aluno a ser um cidadão crítico e pensante, que ele não se torne um alienado” (Suj.07 - Prof.Fís.).

De acordo com Santos e Pereira (2018), a escola tem papel essencialmente político, ou seja, não há neutralidade no ato de ensinar. O conjunto das teorias de ensino e aprendizagem se orienta por determinadas concepções de homem e sociedade. A neutralidade a que se refere o movimento ESP implica em negação do diferente e intolerância ao heterogêneo.

Verificamos que para três professores a escola deve se manter neutra frente ao ESP, uma docente comenta que este tipo de questão não tem sido abordada na escola em que trabalha e, para dois professores, a escola está apática em relação ao movimento. Deprendemos que tais posições talvez estejam relacionadas ao fato do projeto ESP encontrar-se no momento arquivado no Congresso Nacional.

É possível dizer que, para o conjunto dos docentes, a posição da escola frente ao movimento ganha dimensões variadas, no entanto para a maioria dos respondentes (oito) o papel da escola é de resistir, lutar contra o movimento e defender seu papel na sociedade, conforme afirma um dos docentes:

A escola precisa se posicionar contra o movimento, defender que seu dever é de construir uma consciência política plural, livre das amarras retrógradas que impedem os educandos de se identificarem com aquilo que se aproxima do que eles acham corretos, mediante estudos e conhecimentos adquiridos nos espaços escolares (Suj.11- Prof.Geo.).

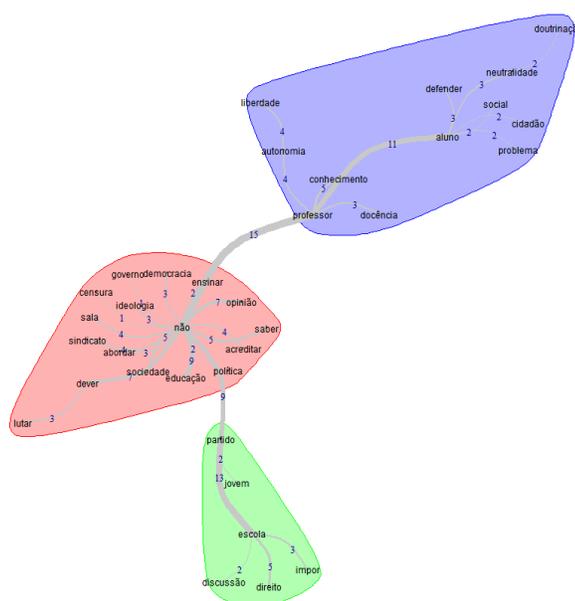
Com base na nuvem de palavras (figura 1) para os participantes desta pesquisa o movimento da ESP apresenta variações. A maior parte do grupo pesquisado opina que a escola deve combater ao máximo o movimento, reconhecido como um retrocesso no âmbito educacional. Por outro lado, outro grupo manifesta-se pela neutralidade da educação, ou seja, a escola deve manter-se neutra frente a esse movimento. Sobre tal

neutralidade indicamos seu potencial ideológico, pois o conhecimento não é neutro. Ressaltamos que é exatamente isto que o movimento prega e a neutralidade resulta em uma rede de contradições e para a qual a escola deve manter-se atenta. Em suma, o conteúdo das representações sociais extraído desses depoimentos (resumidos na figura 1) é misto envolve recusa, resistência, reafirmação da autonomia da escola e ao mesmo tempo está associado a neutralidade, isto é, ao não envolvimento ou posicionamento dos professores frente a esse projeto.

b) Análise de similitude: indicativos de representações sociais do movimento da ESP para professores de ensino médio

A **análise de similitude** do *corpus* das entrevistas com os 15 professores permite identificar as concorrências entre as palavras, resultando em pólos/zonas temáticas que se formam através da semelhança entre as mesmas (**figura 2**). Salientamos que para processamento das entrevistas arbitramos como frequência mínima das palavras ($f=03$).

Figura 2: Análise de Similitude referente às entrevistas com os docentes do ensino médio



Conforme é possível visualizar acima, a figura nº 2 é composta por três pólos um central (na cor vermelha) e dois periféricos (nas cores azul e verde). O pólo vermelho

corresponde a termos que se relacionam ao significado do movimento Escola Sem Partido; o polo azul refere-se ao docente frente ao ESP e o verde diz respeito à escola e aos alunos frente ao movimento.

É possível perceber na figura 2 a forte ligação entre aos termos *professor* e *ensinar* ambos localizados em polos distintos, esta ligação diz respeito ao professor e seu papel.

Na aglomeração de palavras do polo central encontram-se as palavras: *governo, democracia, censura, ideologia, ensinar, sociedade, educação, sindicato, política*. Tais palavras remetem o **significado do movimento Escola Sem Partido**. Identificamos que a palavra *censura* denota um caráter negativo do movimento. Para alguns participantes corresponde a uma forma de intimidação aos professores, como afirma um dos participantes: “É uma censura dentro de um regime democrático, uma censura que é ao mesmo tempo aberta e velada. É um morde assopra” (Suj.04 - Prof.Geog.).

No mesmo polo central destacamos o termo *não*. Localizado bem no centro da figura 2 ele faz ramificações com várias outras palavras. Em primeiro lugar identificamos que o termo *não*, refere-se a falta de conhecimento dos docentes sobre o movimento ESP. Sobre isto um dos sujeitos destaca: “Eu acho que é mais uma coisa que as pessoas estão criando para ter mais um problema. já temos tantos problemas na área da educação que isso vem para criar mais um problema, para isso só faz os alunos serem mais problemáticos do que já são.” (Suj.09 - Prof.Let.). O termo negativo estabelece ligações com as palavras: *ensinar, abordar, sindicato, opinião, ideologia, democracia, sociedade, educação e saber*.

No tocante a estas articulações, identificamos que as palavras *ensinar, abordar e opinião* elas estão relacionadas com a censura que os docentes sofrerão caso o movimento venha a ser implementado. As restrições limitam os deveres dos professores em relação a conteúdos, bem como a sua postura em sala de aula. O termo *sindicato* quando dito pelos participantes concerne à falta de atenção do sindicato frente a temática com os professores. Foi identificado que não são todos os participantes que tiveram apoio ou até mesmo oportunidades para que discutirem o movimento e suas implicações no trabalho do docente. Os termos *democracia, sociedade e educação* remetem a significados semelhantes, uma vez que, para os professores o ESP teria implicações negativas no âmbito educacional.

O termo *ideologia* concerne as concepções que fundamentam o movimento. Nas respostas que os professores fazem referência a utopia defendida pelo movimento, ou seja,

uma escola sem *ideologias*. Algo inconcebível, pois, entendemos que a escola tanto pode desempenhar o papel de “aparelho ideológico” quanto pode desenvolver uma ação "contra ideológica", trabalhando questões como: subjetividade, singularidade dos sujeitos, etc.

Para Althusser (1985) embora cada aparelho ideológico (igreja, sindicato e meios de comunicação etc.) desempenhe uma função que lhe é peculiar, cabe à escola o papel dominante nas sociedades capitalistas, pois desde muito cedo as crianças estão submetidas à incorporação dos valores próprios das ideologias das classes dominantes.

A ideologia está presente em diversos ambientes seja na vida cotidiana ou no espaço escolar que propaga as ideologias que reproduzem as relações sociais de produção, quando os agentes incorporam e colocam em prática tais ideologias. Ou seja, as práticas são orientadas por ideologias que concebem as ideias. Toda prática é resultado desse sistema de ideias que são interiorizadas no inconsciente por meio do que é vivenciado nas instituições sociais e na escola, que representa um desses aparelhos ideológicos. Sendo assim, os indivíduos são levados a agir conforme uma ideologia resultando na perda de sua autonomia. Toda educação tem intencionalidade, portanto, estará sempre permeada por ideologia.

Quando questionados sobre as consequências do ESP para a educação, quatro professores desconsideraram a possibilidade de prejuízos. Segundo eles, trata-se de um movimento democrático. Eis o que dizem: “Ele tem situações positivas na situação que falei, de trazer uma posição dos jovens e não de partido A ou B, né... fazendo com que a coisa seja mais limpa mais objetiva e clara para que os jovens de hoje possam definir as políticas futuras” (Suj.01 - Prof.Biol.); “Não acredito que vá trazer muito prejuízo para a educação não. Eu acho correto essa ideia de escola sem partido” (Suj.07 - Prof.Fís.).

Outro grupo, de 11 (onze) docentes, considera que o movimento traz consequências negativas para a educação. De acordo com eles, será a área de Humanas a mais impactada. Afirmam que as implicações mais negativas seriam para essas disciplinas porque elas incentivam a reflexão e a criticidade dos alunos. De acordo com Katz e Mutz (2017) muitos ainda veem a escola como uma máquina para disciplinar os sujeitos em um mundo que busca cada vez mais o controle.

Lembramos que na perspectiva de Freire (1967) através da educação o sujeito conquista consciência e compreende sua realidade política e social e, que através dessa

consciência crítica é possível mudar o ambiente a sua volta. O autor faz duras críticas a educação bancária, que trata os alunos como depósitos de conteúdos, despreza a criticidade em contrapartida, defende a educação libertadora que problematiza as relações e condições de vida no mundo. Segundo Freire, não há um detentor do conhecimento, professor e aluno aprendem juntos.

Por fim, fica clara a falta de informações acerca do Movimento ESP por parte de alguns professores. Dessa forma, percebemos uma certa ausência ou omissão das entidades representativas dos professores (sindicato) no sentido de oferecerem oportunidades de esclarecimentos e debate sobre as propostas do ESP e suas implicações para o trabalho docente, como pode ser constatado nas falas dos entrevistados: “é a forma do aluno se posicionar, de acordo com as opiniões dele e assim... é a forma que ele pensa e opina em relação a várias coisas, como por exemplo, o sistema de ensino” (Suj.03 - Prof.Biol.); “Eu acho que é mais uma coisa que as pessoas estão criando para ter mais um problema. já temos tantos problemas na área da educação que isso vem para criar mais um problema, para isso só faz os alunos serem mais problemáticos do que já são” (Suj.09 - Prof.Let.); “Ele traz uma visão ampla para todos os alunos e para os professores, também. Porque na faculdade não temos esse tipo de orientação. Com isso, encaramos um aluno mais preparado, mais decisivo e pronto para um futuro melhor” (Suj.03 - Prof.Mat.); “É ... o professor tentar fazer com que o jovem, o educando, ele possa se posicionar sem ter um partido definido. Ele, o educando, ter a sua posição entendeu?” (Suj.01 - Prof. Biol.).

Salientamos que para a maioria dos entrevistados o ESP traria consequências negativas para a educação, em especial, para os professores da área de Humanas, pois eles trabalham com os temas que ganham destaque no que o movimento contesta tais como sentirem-se intimidados, medo de uma possível gravação/publicação do que fazem e com isso a exposição e uma possível demissão (a depender da instituição), restrição de conteúdos importantes e serem processados. São esses os professores que sofreriam ainda mais ataques, uma vez que, suas disciplinas instigam a criticidade.

Localizado na parte superior do polo central, o polo azul apresenta maior dimensão espacial quando comparado aos demais. Nele estão presentes os seguintes termos: *professor, conhecimento, autonomia, liberdade, docência, defender, aluno, neutralidade,*

social, cidadão e doutrinação. Tais termos competem ao docente e sua relação com o movimento ESP.

É possível visualizar que os termos *professor, conhecimento e aluno* possuem fortes ligações entre si. Tais termos referem-se ao modo como o movimento afetaria o trabalho do docente e sua liberdade de opinião como afirmam os docentes: “Vai interferir na forma como o professor vai trabalhar o posicionamento na forma como vamos ministrar. Teremos disciplinas que serão retiradas do currículo, então vai prejudicar muito, na minha opinião”. (Suj.03 - Prof.Bio.); “O professor de história e sociologia que realmente precisa falar desses temas no seu dia a dia ele vai ter problema, porque vai ter impasse. O professor vai passar o conteúdo de uma forma que ele sabe que não é a certa e nem poderá dar a sua opinião”. (Suj.05 - Prof.Quí.). De acordo com Neto e Cardoso (2017), o movimento ESP atinge os princípios constitucionais e pedagógicos da liberdade de cátedra, além da autonomia do professor. Assim, as palavras deste participante estão em sintonia com a literatura, que critica o movimento ESP.

Entendemos que o diálogo é a base da relação professor-aluno, busca uma educação em que ambos transformem e sejam transformados nessa relação. Tal posicionamento está na contramão do que prevê o ESP, ou seja, uma relação de caráter engessado, que não permite a reflexão dos alunos, além de não trabalhar certas temáticas censuradas pelo próprio movimento. Como, por exemplo, questões de gênero, políticas, socioculturais e econômicas. O professor deverá apresentar as temáticas de forma “justa”, ou seja, uma postura neutra, o que inviabiliza um trabalho de reflexividade, transformador.

Quando indagados sobre quais as atitudes do professor frente ao movimento ESP, não identificamos consenso entre o grupo, notamos que nove responderam que o docente deve se posicionar e lutar pelos seus direitos, pois trata-se de um movimento que fere diretamente os princípios que orientam a prática do professor. Esses professores afirmam: “Ele deve ser colocado em debate na sala de aula. Porque querendo ou não, a sociedade é conduzida por ideologias, vai ter gente a favor e vai ter gente contra. Numa democracia não se pode haver a supremacia de uma ideia sobre a outra” (Suj.04 - Prof.Geog.); “[...] devemos nos posicionar, claro! os docentes são partes fundamentais da instituição escolar e parte deles a luta em não ceder a este movimento e continuar trabalhando por uma educação plural.” (Suj.11 - Prof.Geog.).

Do conjunto dos entrevistados, seis docentes responderam que a atitude do professor deve ser a de não se posicionar, comentam que o posicionamento se relaciona à orientação ideológica de cada sujeito, mas que este tipo de questão não deve ser levantada pelos professores, pois evitará a adesão dos alunos ao movimento. Posicionou-se um docente:

[...] a maioria dos professores do meu círculo de conhecimento, eles não tocam nesse assunto, eles não comentam essa questão. Eu acho que isso ocorre já para não incentivar e dar motivo para os alunos se sentirem imbuídos do sentimento da escola sem partido e de entrar nesse movimento, os professores evitam que essa ideia aumente e se sintam entusiasmados a embarcar nesse movimento. E eu não me posiciono, quando o aluno quer se expor eu deixo, mas não alimento, sabe? (Suj.03 - Prof. Biol.)

No âmbito desse grupo o termo *neutralidade* ganha destaque os docentes comentam que a escola é neutra e que sua função é a de formar cidadãos, não de polarizar os estudantes em favor de partido “A” ou partido “B”. Sobre este comentário lembramos Freire (2001) segundo o qual, qualquer que seja a prática, exige de nós que a exerçamos com responsabilidade. Não há neutralidade na escola e na prática do professor, toda educação tem seu caráter ideológico, nunca neutro. O ESP tenta garantir uma suposta neutralidade no ato educativo, amarrando a educação com as suas cordas permeadas de ideologias retrógradas.

O conteúdo dos termos similares deste polo sugere que o movimento Escola Sem Partido atrapalha não só as funções, mas o sistema educacional em si. É possível perceber que professores de outras disciplinas como química, por exemplo, mesmo cientes de que sua disciplina não sofre tanto com as consequências do ESP, reconhecem que a área de Humanas será a mais comprometida com a implementação do ESP.

Alguns docentes comentam que o professor não deve se posicionar diante das ameaças para evitar envolvimento dos alunos frente ao ESP, desse posicionamento inferimos certa omissão ou desconhecimento sobre o que de fato é o *Escola Sem Partido* e suas consequências.

Situado na localidade inferior e com menor proporção encontra-se o polo destacado na cor verde, nele encontram-se os termos referentes à **escola**, *são eles: partido, jovem, escola, discussão, direito e impor*. Ressaltamos que, para alguns entrevistados, é dever do

professor ser plural, discutir questões sociais; gênero; políticas estimulando a reflexão dos jovens, buscando o diálogo sem impor uma única visão de mundo.

Conforme apontam os professores entrevistados, a escola não deve priorizar ou aliar-se a nenhum partido, mas manter-se neutra. Disse um participante: “Para mim, a escola é neutra, tenho 42 anos de estado e nunca vi nenhum professor insinuar nada de partido. A ideia da escola é ensinar ao aluno ser cidadão, tomar suas próprias atitudes e não ser alienado. Esse é o dever da escola, ensinar a se portar como um cidadão inteligente, ser crítico na hora que deve ser crítico”. (Suj.07 - Grad.Fís.).

Gramsci (1991) destaca que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica e essa relação será desenvolvida pelos grupos dominantes na direção do Estado, imputando a este uma condição educadora que intenta obter (falsos) consensos a favor dos interesses de classe à qual está submetido. Neste sentido, a escola não pode se dizer neutra, sempre quem está no comando tem uma ideologia e irá propagar suas concepções de acordo com o que segue.

Deste polo depreendemos que para o grupo pesquisado a escola possui sentido ambíguo, pois, para parte dos entrevistados ela deve ser plural e priorizar discussões com temáticas que incentivem posturas reflexivas e questionadoras de seus alunos. No entanto, há docentes que acreditam que a escola deve ser neutra diante de toda hostilidade que o movimento dissemina.

Considerando que representação social orienta a formação das condutas dos sujeitos foi possível compreender que alguns docentes, mesmo fazendo parte de um mesmo grupo (professores do ensino médio) não temos representações homogêneas. Identificamos três subgrupos: o dos professores que mantêm uma posição de neutralidade diante da temática; o grupo de professores (a maioria professores da área de Humanas e apenas um é de exatas) com representação social do movimento Escola Sem Partido centralizada na censura à liberdade de aprender e ensinar e, por fim, um grupo que não dispõe de informações acerca do movimento ESP e suas consequências.

No tocante as atitudes dos subgrupos frente ao movimento Escola Sem Partido, identificamos que para os professores que se afirmam neutros, sua atitude mais comum é de não declararem posição; para os que não possuem conhecimento sobre o ESP identificamos que eles optam por não se posicionar ou tratar o assunto devido a falta

compreensão sobre a temática. Mas, para o subgrupo que representa o movimento como repressão a atitude está amparada na luta por uma educação emancipatória. Diante das variações apresentadas pelos subgrupos no que se refere as atitudes dos docentes frente ao movimento identificamos uma possível representação social do ESP fundada em dois elementos: neutralidade e luta. A neutralidade vincula-se ao medo das consequências do movimento, concordância com a proposta e receio para com as reações do seu grupo de pertença frente a sua posição. O elemento luta relaciona-se ao fato do ESP ser um movimento de caráter conservador que compromete a educação e a democracia, algo que afeta negativamente o trabalho do docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as representações sociais construídas por docentes que atuam no ensino médio em instituições estaduais de Recife e Região sobre o movimento Escola Sem Partido. Para isto, inicialmente foi feito levantamento de estudos relacionados à temática. De forma geral, verificamos que foram poucos os trabalhos encontrados o que pode ser justificado por se tratar de um tema recente no âmbito educacional.

Para compreender e refletir a temática utilizamos referências como Katz e Mutz (2017) que estudaram algumas manifestações, dentre elas, o movimento Escola Sem Partido que nos mostrou o papel da escola pública e a necessidade de resistência diante dos discursos apresentados pelos apoiadores do Escola Sem Partido e Lima e Peroni (2018) que enfatiza o movimento como contraditório à democracia e à democratização da educação, impedindo a possibilidade de diálogo na escola.

No que se refere ao que pensam estes professores sobre o papel da escola pública frente ao movimento Escola Sem Partido, identificamos que está concentrado em suas implicações para o trabalho desenvolvido por esses profissionais. O conteúdo representacional do ESP é marcado pelas consequências negativas do movimento para o exercício da docência. Fica claro nos depoimentos dos professores que o conhecimento e a liberdade estão ameaçados. Para a maioria deles o papel da escola é de batalhar contra as ideias disseminadas pelo ESP.

Destacamos a importância de serem feitos outros estudos sobre as consequências do movimento para a educação e para o trabalho do docente, como também de se identificar as representações de estudantes de ensino médio a respeito do movimento.

Salientamos que a presente pesquisa contribuiu para realçar a importância do papel do professor na formação do aluno e a relevância da teoria das Representações Sociais, pois devido ao seu caráter interdisciplinar é uma teoria pertinente para se investigar fenômenos religiosos, políticos ou e sociais.

No tocante às possíveis atitudes desses docentes frente ao movimento ESP, não identificamos consensos, mas variações no grupo pesquisado. A maioria (nove) dos docentes sugere necessidade de luta e resistência frente ao projeto, os que não dispõem de informações sobre a temática, além dos que preferem manter-se neutros para com o projeto e suas consequências.

Diante do exposto, podemos afirmar que o estudo apresenta limites, pois os momentos e local reservados para as entrevistas nas escolas não propiciaram condições favoráveis ao diálogo com esses docentes, além do que tivemos recusas à participação de professores alegando o caráter ideológico da pesquisa.

A investigação possibilitou identificar o professor como figura central dos ataques propostos pelo movimento ESP; que muitas vezes os docentes desconhecem o movimento e, principalmente, que para a maior parte dos investigados o ESP fere a liberdade constitucional de ensinar e aprender na escola pública.

Assim, entendemos que o movimento Escola Sem Partido nos faz refletir sobre o atual cenário da educação brasileira. A pesquisa sinaliza a necessidade de um trabalho mais incisivo, sobretudo, por parte dos sindicatos acerca do movimento e suas implicações para a educação pública.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAMARGO, B.V. JUSTO, A.M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, n. 2, v.21, 2013, 513-518.

FREIRE, P. Educação e responsabilidade. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 5 ed. 2001

_____. **Educação como prática de liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. (org.) **ESCOLA “SEM” PARTIDO: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2 ed. 2017.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JODELET, D (org.). Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 17-44, 2001.

KATZ, E.P.; MUTZ, A.S.C. Escola Sem Partido – Produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP. V.19, 184-205. jan./mar. 2017.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 18 ed. 2001.

LIMA, P.V.; PERONI, V.M.V. A escola sem partido e as implicações para a democratização da educação. **Revista pedagógica**. v.20, n.44, mai./ago. 2018.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

NAGIB, M. **Quem somos**. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em 27 nov. 2018.

NETO, J.L.S.; CARDOSO, H.R. Sobre a autonomia universitária, liberdade de cátedra e o projeto de Lei “Escola Sem Partido”. **Revista de Teoria e Filosofia do Estado**, Maranhão. v.3 n.2,76-94, jul./dez. 2017.

SÁ, C.P. **A construção do objeto de pesquisa em representação social**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1998.

SANTOS, C. A.; PEREIRA, R.S. Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.12, 255-270, jul./out. 2018.

SILVA, F. A. **Parecer do Relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 7181/2014, do PL 867/2015, do PL 1859/2015, do PL 8933/2017, do PL 9957/2018, do PL 6005/2016, e do PL 5487/2016**, apensados, com substitutivo. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C484F2745AF0933C6793FB8BB3D39D4B.proposicoesWebExterno2?codteor=1657686&filename=Tramitacao-PL+7180/2014>. Acesso em: 28 nov. 2018.

VELOZ, M.C.T.; NASCIMENTO-SCHULZE, C.M.; CAMARGO, B.V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.12 n.2,479-501,1999.